

"LUTO POR JUSTIÇA, PELO FIM DA IMPUNIDADE, PELA DEMOCRACIA, IGUALDADE, LIBERDADE E JUSTIÇA": A LUTA E A RESISTÊNCIA DE UMA BAIANA PELA ANISTIA

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

Doutorando em História - Universidade Federal da Grande Dourados.

Membro dos grupos de pesquisa História Oral e Memória; Estudos do Tempo Presente - ligados ao Programa de Pós Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
academicoary@gmail.com

resumo: O presente artigo busca apresentar brevemente a trajetória política de Diva Santana, ex-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-Bahia, cuja vida ganhou novo rumo após a inserção de sua irmã Dinaelza Coqueiro na Guerrilha do Araguaia em 1973. Atuante política até os dias atuais, além de buscar reparação e encontrar os restos mortais de sua irmã, luta por justiça, uma justiça na qual enquadrados em transição. Dessa forma, levando em consideração as subjetividades dos relatos, algo permeado pela metodologia da história oral, buscamos brevemente representar as memórias, seus confrontos e ressignificações a partir do que nos traz Diva Santana.

palavras-chave: Ditadura, Bahia, Mulher, Memória, Anistia

abstract: This article tries to shortly present the political trajectory of Diva Santana, former president of the Tortura Nunca Mais - Bahia group and she has taken a new course of life after its sister Dinaelza Coqueiro entering into the Guerrilla do Araguaia in 1973. Political activist until today, she got reparation for his sister's fight and got her remains to be properly buried, she fights for justice, a justice we can say we are in transition to. This way, considering the subjectivity of the statements, something to be expected due to the oral tradition, we search to briefly represent the memories, her confrontations and ressignifications from the perspective of Diva Santana.

keywords: Dictatorship, Bahia, Women, Memory, Amnesty.

CAVALCANTI JUNIOR, A. A. "Luto por justiça, pelo fim da impunidade, pela democracia, igualdade, liberdade e justiça": a luta e a resistência de uma baiana pela anistia.

albuquerque: revista de história. vol. 9, n. 17, jan.-jul. de 2017, p. 117-138.

nos últimos anos, slogans pedindo o retorno da Ditadura, passeatas valorizando ex-presidentes e medidas militares receberam destaque da grande mídia brasileira, demonstrando o quanto o período retornou ao cerne dos debates não apenas acadêmicos, mas do cotidiano popular. Dessa forma, a valorização dos professores de história se valeram ainda mais no sentido de rememorar os acontecidos de outrora e o quanto o período teve ações de extremo arbítrio e de retrocesso político e dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, o presente artigo, fruto de minha dissertação de mestrado que objetivou recuperar a trajetórias de mulheres baianas que resistiram a ditadura¹, busca apresentar ainda que de forma breve a luta de Diva Soares Santana, mulher de personalidade forte, retórica politizada, mas, acima de tudo, militante contemporânea do social e de questões relacionadas aos Direitos Humanos, tendo sua maior militância voltada à reparação de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar.

Nascida no interior da Bahia, na cidade de Vitória da Conquista, em 1949, mais velha de cinco irmãos, Diva Santana foi a primeira a sair de casa e casar-se, aos 15 anos no ano de 1964. De família simples, seus pais, eram rígidos quanto à educação dos filhos, tendo estes que estudar pela manhã e só após fazerem os deveres de casa realizavam atividades domésticas, algo lembrado por Diva com muito carinho.

Nessa perspectiva, neste artigo, analisaremos a construção dos ideários políticos de Diva ao longo de sua vida, observando até que medida a inserção de sua irmã na luta armada trazem ressignificações importantes para si reverberando até os dias atuais. Além disso, destacando o quanto o período em destaque influenciava ações e arbítrios a partir de suas ações.

do casamento ao engajamento

Diferente de outras militantes, Diva se envolveu na luta contra a ditadura a partir da segunda metade da década de 1970, quando o processo de abertura política

¹ CAVALCANTI JÚNIOR, Ary Albuquerque. “Para não dizer que não falei das flores”: Memórias de mulheres na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985). Dissertação (mestrado), Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Santo Antônio de Jesus, BA, 2016.

do Brasil estava em curso, ainda que projetada pelo governo militar. Assim, como a mesma menciona, a princípio teve uma vida voltada para o lar e para a maternidade, onde, com a experiência de seu primeiro casamento, aos 16 anos, só a permitia viver para seus filhos e marido. Logo, apenas se envolveu com a militância política quando se libertou das “amarras do casamento”, possibilitando-lhe reviver antigos anseios e ter seus posicionamentos.

Potencializando sua inserção no mundo político, a presença de sua irmã Dinaelza Soares Coqueiro e de seu cunhado Wandick Coqueiro, militantes políticos e participantes da Guerrilha do Araguaia, trazem grande influência para a vida desta mulher. No ano de 1976, por exemplo, Diva ingressou no Comitê Baiano pela Anistia (CBA), onde passou a lutar pelo reconhecimento dos assassinatos da sua irmã e cunhado pelas forças da repressão, e pelo direito à verdade e justiça.

Sobre seu engajamento político, Diva Santana relata que quando jovem não tinha um engajamento político, uma vez que se casou muito cedo. Nesse contexto, expõe que tinha dificuldades em expor politicamente seus pensamentos devido à falta de liberdade gerada pelo matrimônio.

Naquela época a sociedade era mais atrasada e perversa com as mulheres. Eu imaginava, na minha inocência que o casamento me traria liberdade. Acreditava que o casamento era libertário, contudo logo me convenci que a situação da mulher era mais complicada do que imaginei, ela apenas mudava de dono. A linguagem mudou de minha filha, para minha mulher. Esta diferença vai aparecer com a convivência. A participação das mulheres na sociedade era vista também como a figura que dirige a casa e os filhos².

Assim, destacamos que a postura crítica de Diva sobre o casamento, mais uma vez nos revela como as narrativas falam a respeito do presente em que foram construídas e não somente do passado. Como tão bem discorre Maurice Halbwachs (1990), “Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais”³. Logo, além da reflexão proposta por Diva, a ressignificação do seu casamento parte das experiências posteriores a ele, haja vista que, no momento em que se casou, tinha outra concepção do matrimônio, influenciada por suas relações sociais e pela própria sociedade da época, algo que fica ainda mais visível em tal afirmação proferida pela mesma:

² Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

³ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25

Eu parei de crescer aos quinze anos. Mas, eu era desenvolvida para a minha idade. Com doze anos era uma mulher feita, já tinha menstruado. Menstruei com nove anos e seis meses. Então eu fui precoce em tudo. Com doze anos eu conheci esse rapaz e me casei com esse rapaz. E lembro do dia que ele falou com meu pai que queria casar comigo. Ele era mais velho apenas sete anos. Era bem jovem. Meu pai disse a ele que não, que não era para casar que eu ia estudar, e que ele não queria que eu me casasse cedo, primeiro estudasse. Na minha época as meninas eram criadas para casar. E isso foi em cinquenta, cinquenta e nove. E somente um ano de noiva, eu me casei logo. Entre o namoro e noivado não chegou à dois anos. Foi aquela febre mesmo, Toda menina ou menino que tem [tinha] essa idade eu acho que é natural e normal para todas as pessoas que passam [passaram] por essa idade. Entre o namoro e noivado eu não levei dois anos. E aí eu me lembro que meu pai não aceitou que me casasse eu chorei a noite inteira. E ele me fazia muitas vontades. Tudo eu conseguia com ele. Quando não podia ele dizia: - Fale com sua mãe. Mas, ele não me dizia não. Quando eu pedia uma coisa que ele sabia que não podia deixar, ele não decidia: - Peça a sua mãe. Como eu chorei a noite inteira, dia seguinte eu levantei com os olhos inchados. Ele disse: - Por que você está com o olho inchado? Você não dormiu não? Eu disse: - Não! Disse: - É então case, pronto! Pediu que eu me casasse. - Mas, depois você vai continuar estudando! Eu falei: - tá⁴.

No que concerne a prática de se casar aos quinze anos, Lúcia Rangel (2009)⁵ afirma tal ato era visto de forma “natural” à época, uma vez que, guardando os papéis que eram então destinados à mulher, a partir de sua primeira menstruação a menina já estaria apta a casar-se e ter filhos. Além disso, naquela sociedade, o casamento e a família constituíam-se em instituições fundamentais dentro dos princípios morais e cristãos. Assim, com base em padrões e funções pré-determinadas historicamente a mulher era vista como uma tutelada do homem (FOUCAULT, 1997⁶; BUTLER, 2003⁷).

Outra reflexão importante a partir das palavras de Diva Santana quanto ao matrimônio é a visão de que o mesmo representaria uma forma de “liberdade”.

⁴ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 03/03/2016

⁵ RANGEL, Lúcia. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, Agosto, 1999.

⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997

⁷ BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

Porém, segundo Diva além de perceber que o casamento não era libertário, ela apenas “mudou de dono”, continuando sob a tutela de um homem, agora seu marido. Dessa forma, ao constituir sua narrativa na entrevista que nos concedeu, Diva tece críticas às relações de gênero, colocando o casamento e a sexualidade como um símbolo de hierarquização dos sexos. Segundo Faria (2012), “o casamento modificava a condição civil e social da mulher, exigindo inclusive a adoção do nome da família do marido”⁸, logo, o homem colocava seu sobrenome em “sua mulher”, imprimindo sua marca e também delimitando seu poder. Como tão bem destaca Rago (2013) em livro sobre mulheres que resistiram à ditadura:

Educadas, entre os anos de 1950 e 1960, para a virgindade, o casamento monogâmico indissolúvel, a maternidade e os cuidados com a família e para a passividade e o silêncio, abriram caminhos próprios, singulares, sem contar com a referência de modelos anteriores, tanto em suas trajetórias profissionais quanto nas experiências vivenciadas em outras dimensões da vida pessoal. Com suas práticas concretas e com seus modos de pensar feministas, produziram importantes rupturas e sucessivos deslocamentos no imaginário social, especialmente no que tange às questões da moral, da sexualidade e dos modelos de feminilidade e corporeidade que lhes deveriam ter servido de referência⁹.

Quanto à sexualidade, segundo Elisângela Cardoso (2010)¹⁰ a única forma socialmente permitida de chegar ao ato sexual, de acordo com os padrões cristãos e sociais da época era através do casamento. Vale notar que mulheres que perdiam a virgindade antes do matrimônio eram discriminadas e malvistas por muitos, sobretudo pelos homens que não mais as viam como candidatas a noivas, mas como “perdidas” ou “putas”. Logo a busca pela “liberdade sexual”, alimentada por desejos, paixões e amores em diferentes níveis, pode também ter levado muitas mulheres a se casarem tão cedo.

Quanto à busca por essa “liberdade”, Diva relata que sempre pensou diferente e contestou o tratamento diferenciado atribuído às mulheres na sociedade. Segundo ela, *“meu primeiro ato de rebeldia foi namorar cedo e fumar. Fumar representava*

⁸FARIA, Lia Ciomar M de; CUNHA, Washington Dener dos S; SILVA, Rosemaria Josefa V. da. **Memórias e Representações Femininas: Ideologias e Utopias dos anos 60**. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*, Belo Horizonte, ano 1, n. 02, out. 2012, p. 5

⁹ RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013 p. 35

¹⁰ CARDOSO, Elisangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese de doutorado, PPG História - Universidade Federal Fluminense. 2010.

para mim liberdade. Dentro das limitações da época não fui criada com repressão. Naquela sociedade, o ato de fumar tinha uma representação de gênero muito grande, caracterizando-se como uma atitude meramente masculina. Logo, supomos que além de gostar, fumar para Diva representava uma afronta à sociedade e seus padrões. A atitude, portanto, a colocava como transgressora, contribuindo também para a formação da sua própria identidade.

Nas entrevistas com Diva, nos chamou a atenção os detalhes de sua narrativa, algo que para Sarlo (2007)¹¹ jamais deve ser desprezado, uma vez que a partir de sua repetição cria-se o efeito de verdade. Dessa forma, Diva constrói no presente da fala uma imagem de que desde jovem era “diferente”, transgressora, uma mulher livre das “amarras de marido”, capaz de dar vazão às suas vontades. Ao se colocar assim, parece querer transpor para o passado uma liberdade e conhecimento adquiridos ao longo de muitos anos, nesse processo cotidiano que é se autoconhecer.

Quanto à sua militância, Diva Santana relata que só teve início após o ano de 1976, quando se libertou dos “grilhões de marido” e ingressou na luta pela anistia. Nesse sentido, Rago (2013) chama atenção para a forma como o indivíduo vai se construindo ao longo do tempo, a partir de suas experiências, ações e reflexões, moldando sua vida e seus discursos. Assim, percebemos que a partir de suas escolhas e caminhos percorridos, Diva foi se constituindo conforme vivenciava experiências enquanto mulher, esposa, mãe, dona de casa, militante, além de irmã de guerrilheira assassinada pela ditadura, o que iniciou sua luta política. Segundo Diva,

A minha militância inicia em Salvador, basicamente em 1976, eu já com uma certa independência, viúva, sem grilhões de marido. Nesta nova vida, sem a guarida de um companheiro, comecei a exercitar a possibilidade da manutenção de uma família sem a figura do provedor homem. É necessário ressaltar, que diante das dificuldades, contava com o apoio dos meus pais e do meu único irmão Getúlio Soares Santana que passou a morar comigo e a trabalharmos juntos em sua livraria a Literarte. A esta altura não poderia contar com as manas, pois todas estavam com suas vidas em situações de risco e buscavam suas seguranças. Gozando da minha liberdade, enquanto mulher busquei me juntar aos que lutavam por uma anistia no Brasil, pelo fim do regime militar e por democracia, no Comitê de Anistia, seção Bahia¹².

¹¹ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Trad. AGUIAR, Rosa Freire. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹² Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

A partir de suas palavras, enquadraremos as lembranças de Diva a partir do ideário de memória emblemática¹³ de Steve Stern, onde a construção de si, bem como sua mudança social se relaciona entre o subjetivo e o coletivo. Tendo este último grande repercussão para a publicidade de uma memória que ao mesmo tempo em que traz uma ressignificação de si, se aproxima do senso coletivo de outros atores permitindo, neste caso, a identificação com outras mulheres.

Destacamos ainda a maternidade na vida de Diva Santana. Mãe de três filhos e divorciada do primeiro marido após 12 anos de casamento, em 1971, esta decidiu sair de Jequié com destino à Salvador em 1972. Contudo, devido às dificuldades acaba tendo que levar seus filhos para morarem em Jequié com seus pais em 1974, retornando à capital sozinha, algo que até hoje conta com muita emoção. Como destaca,

Ficou incompatível então essa vida minha com três filhos e na escola [Diva volta a estudar, algo interrompido com o primeiro casamento][grifo nosso]. Porque quando eu vim para aqui [Salvador] eu trouxe uma empregada. Trouxe uma moça para me ajudar e tal, essa moça ficou comigo uns dois anos. Aí ela quis ir embora. Com a dificuldade meus filhos voltaram para o interior, ficaram com minha mãe e minhas irmãs. Muito sofrido para mim porque eu era muito apegada a eles. E eles distantes também, vice-versa. Acho que eles sofreram também muito com isso. Mas, eu consegui terminar o segundo grau¹⁴.

Ressalvamos que apesar de sempre cerceadas por inúmeros estigmas e padrões normatizadores, muitas mulheres os transgrediam, destacando-se por suas ações e enfrentamento social. Dessa forma, na década de 70, assim como Diva, já haviam muitos casos de mulheres que passaram a ser provedoras de suas famílias, indo contra o modelo familiar nuclear “patriarcal” tão defendido por setores religiosos e conservadores (TOLOI, 2006)¹⁵. Nessa conjuntura, em 1975, com o

¹³ “Refletindo sobre o período pós-ditatorial na América Latina, ele considera que as lembranças soltas podem conectar-se a interpretações que, partindo de diferentes setores sociais, entrecruzam-se mesclam-se e tornam-se coletivas em função de determinado movimento histórico - no caso, os processos de luta pela redemocratização e por reparação e justiça que emergiram entre meados das décadas de 1970 e 1980” RAGO, 2013, p. 59. Logo, para que possam ter projeção, e percam seu senso de coletividade as memórias emblemáticas requerem projeções e ampla circulação (STERN, 2000).

¹⁴ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

¹⁵ TOLOI, Maria Dolores Cunha. **Filhos do divórcio: como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação**. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

falecimento de seu segundo marido, Diva terminou de criar seus filhos, sem a presença de um homem, algo que para ela tem uma grande representatividade na sua auto-construção de “mulher-forte” e idealista.

dos laços memorialísticos à justiça de transição

Permanecendo no estado da Bahia durante toda sua trajetória e presenciando o crescimento da repressão, Diva entrou na militância só a partir na segunda metade da década de 70, quando o Estado brasileiro deu início a uma política de “distensão”. Assim, como destaca Moreira Alves (2000) a partir do que o Presidente Geisel denominou “democracia relativa”, as instituições políticas teriam flexibilidade para participarem, ainda que de forma limitada, do processo decisório, contudo, os artifícios repressivos a exemplo da supressão de direitos civis permaneciam¹⁶.

No que se relaciona ao estado da Bahia durante o período ditatorial, Diva afirma que “a ditadura militar foi tão perversa como em todos os estados do país”, onde inúmeros órgãos da repressão e centros de tortura foram instalados¹⁷. Nesse sentido, é interessante notar que ao fornecer sua entrevista e falar sobre o passado, Diva faz da construção de sua narrativa uma ação política e de denúncia, fornecendo informações importantes sobre a repressão na Bahia, inclusive nos informando sobre a localização de centros de tortura e sobre os baianos desaparecidos e mortos na ditadura. Assim a enquadramos como uma militante por justiça de transição¹⁸, algo que está diretamente relacionado às suas vivências no passado e às suas ações contemporâneas, desenvolvidas no grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, do qual atualmente, é vice-presidente. Vale notar que o Tortura Nunca Mais tem origem na luta pela anistia e no CBA, espaços onde Diva começou sua luta política a partir de 1976. A partir das contribuições de Sarlo (2007), observamos que Diva age como se

¹⁶ MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2000, p. 225

¹⁷ Diva Santana destaca o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Serviço Nacional de informações (SNI), a Assessoria de Segurança e Informações/ Assessoria Especial de Segurança e Informações - ASI/AESI, organizações militares como o DOI/CODI e a Operação Bandeirantes (OBAN). Quanto aos PRINCIPAIS CENTROS DE TORTURA DA BAHIA, ESTES ESTAVAM LOCALIZADOS NO quartel do Forte do Barbalho, no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), no quartel de fuzileiros navais, nas delegacias de polícia, na Base Aérea de Salvador, e na denominada “fazendinha” que ficava na entrada da cidade de Alagoinhas a 119 km da capital.

¹⁸ Ensejadas pelas graves violações aos direitos humanos, proferidas pelo Estado brasileiro pós-64, com os avanços e conquistas da sociedade, inúmeros grupos, como ex-familiares, políticos passaram a cobrar uma resposta do Estado quanto aos crimes realizados e suas ações. Potencializada pela Constituição de 1988 consolidou-se ainda mais os direitos fundamentais nas demandas de justiça de transição, algo que ampliou os debates que valorizaram ainda mais os processos de abertura documental. Ver: LIMA, Josely Tostes de. O que é justiça de transição. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**. Vol. 3, nº 2, Dezembro, 2012.

tivesse um compromisso de lembrar por aqueles que não podem mais fazê-lo. Portanto, lembrar é, antes de mais nada, um compromisso político e ético, que parece dar sentido à sua identidade e à sua vida.

Quanto às possíveis motivações que desencadearam sua inserção na luta política, principalmente na luta pela Anistia e pelos direitos humanos, acreditamos que a influência e o destino de sua irmã Dinaelza foram fundamentais, haja vista que nas quatro entrevistas realizadas com Diva Santana, este foi o assunto predominante¹⁹. Neste caso, percebemos que Diva tem Dinaelza como seu grande símbolo de luta e resistência política, elemento que consideramos ser peça chave na montagem de seu mosaico de memórias e no processo de “construção de si”. Neste sentido, segundo Bosi (1995)²⁰, as lembranças dos outros com o decorrer do tempo, passam a nos pertencer, fazendo parte da nossa própria história e acompanhando nossa vida, sendo enriquecidas por experiências e embates. Logo, percebemos que a presença de sua irmã é permanente em sua memória, permanência que foi potencializada com as descobertas em torno de seu assassinato na Guerrilha do Araguaia²¹, o que, aumentou seu ímpeto por justiça e deu maior significado à sua função de “guardiã” de uma memória heroica de Dinaelza e de vários militantes que foram torturados e mortos pela repressão.

Com base nos relatos de Diva, observamos como as famílias dos militantes e guerrilheiros eram impactadas pelas escolhas de seus parentes em lutarem contra a ditadura. Em 1971, por exemplo, pela militância de Dinaelza, Diva perdeu o contato com sua irmã, sobretudo por uma questão de segurança. Assim, destacamos que o sofrimento das famílias na busca por seus entes queridos e a falta de respostas por parte do Estado geravam traumas e feridas que até hoje não cicatrizaram. Dessa forma, sem notícias da irmã, Diva passou a buscá-las, como relata na obra “Habeas corpus que se apresente o corpo” (Brasil, 2010),

Ficamos de 1971 até 1978 sem saber do paradeiro da minha irmã. Nessa época, eu e meu irmão tínhamos uma livraria, a Literarte. Em novembro de 1978, saiu a revista História Imediata, sobre a guerrilha do Araguaia, da editora Global. Nela, o Genoíno falou que, em 1971, chegaram na região, vindos da Bahia, Maria Dina e João. Não liguei o nome às pessoas. Mas a menina da Global me disse

¹⁹ Diva Santana possui alguns depoimentos em algumas obras, a exemplo de BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas corpus: que se apresente o corpo**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Assim como nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, a presença de Dinaelza é constante.

²⁰ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²¹Ver: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora UFG, 2003

que a Maria Dina era estudante de Geografia e o João, de Economia. Falei: 'É Dinaelza'. Meu irmão foi encontrar o Genoíno em São Paulo. Quando ele chegou, o Genoíno falou: 'Não precisa nem falar, você é irmão da Dinaelza', porque eles eram muito parecidos. Pelo que o Genoíno contou, não sobrou nada daquela história. E a nossa luta começa a partir daí, no Comitê de Anistia, buscando todos os familiares, as pessoas que estavam fora, voltando do exílio, outros, saindo da prisão, e a gente foi fazer aquele trabalho miudinho, de casa em casa, é um trabalho muito difícil²².

Logo, as incertezas sobre o paradeiro da sua irmã e cunhado se esvaíram a partir de 1978, dando início a uma luta pelo corpo da irmã, pelo direito à sua memória e por uma reparação por parte do Estado. A luta de Diva, portanto, se insere no processo de justiça de transição comum a países que viveram regimes autoritários e onde se estabeleceram processos de transição e/ ou democratização. Desse modo, Diva participa da luta por justiça de transição desde o seu nascedouro, quando começou a militar no MFPA, fundado em São Paulo por Therezinha Zerbini²³ em 1975, ingressando no CBA e posteriormente no Grupo Tortura Nunca Mais.

Quanto ao CBA, criado em 1978, momento no qual a campanha pela anistia se apresentava melhor organizada, tendo este comitê inúmeras seções estaduais, como no caso da Bahia, no qual Diva Santana fez parte. Como destaca Cristina Luna (2015) o CBA "surgiu com o propósito de aglutinar os movimentos pela anistia e os demais movimentos sociais emergentes na década de 1970"²⁴ e dentre seus objetivos, o comitê previa não só a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, mas a retirada imediata do regime autoritário.

Quanto às ações do CBA seção Bahia, este, juntamente com outras seções, chegou a realizar o II Encontro Nacional pela Anistia em Salvador entre os dias 15 e 18 de novembro de 1979 fortalecendo os debates e as reflexões no estado (NETO, 2014)²⁵. Porém, com a Lei 6.683/79, conhecida como Lei de Anistia, é satisfeito o desejo de parte da ala conservadora e militar, realizando uma transição lenta e gradual de caráter apaziguador, onde torturadores foram perdoados pelo Estado. Assim, o Comitê Brasileiro pela Anistia perde sua força, tendo suas dissidências partindo para

²² BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Habeas corpus: que se apresente o corpo**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 66

²³ Ver: ZERBINI, Theresinha Godoy. **Anistia: sementes da liberdade**. São Paulo: Salesianos, 1979

²⁴ LUNA, Cristina. **O Comitê Brasileiro pela Anistia e a transição política nacional**, 2015, p. 9. No prelo.

²⁵ NETO, Joviniano. **II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições**. In:

Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes.

ZACHARIADHES, Grimaldi (orgs). Salvador, EDUFBA, 2009.

o então recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) e o grupo “Tortura nunca-mais” que tivera inúmeras seções estaduais, a exemplo da Bahia, que permanece ativo até os dias atuais (LUNA, 2015). Segundo nos relata Diva Santana,

Na Bahia, nós permanecemos, posteriormente foi realizada uma assembleia para discutir a continuidade ou não do Comitê de anistia na Bahia e foi aprovado a ampliação para Comitê de Anistia e Direitos Humanos – CADH.

Entendendo que segmentos da sociedade não foram contemplados com a Lei da Anistia, como militares que foram perseguidos e outros, como as famílias dos mortos e dos desaparecidos. Noutros estados, primeiro São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e outros foram surgindo organizações como os Grupos Tortura Nunca Mais.

Na Bahia, buscando o fortalecimento da luta específica pela anistia aos não anistiados e pela localização e circunstâncias das mortes dos desaparecidos e pela criação de leis que responsabilizassem a União pelos crimes cometidos, o CADH se transformou através de Assembleia, realizada no Teatro Vila Velha, em 1995, na organização Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia²⁶.

Entendemos que em meio a amplos debates acerca da Lei de Anistia, muitas denúncias foram feitas, visando identificar militares e chefes da repressão como responsáveis pela tortura e desrespeito aos direitos humanos, ao passo que setores da sociedade, formados por parentes de mortos e desaparecidos políticos passaram a reivindicar o direito à verdade, aos corpos e a memória de seus familiares. Nesse sentido, Sarlo (2007) chama atenção para o movimento “Nunca mais” que se difundiu em diferentes países da América Latina após suas ditaduras. O movimento Nunca mais, inclusive, se insere no processo de democratização, pois tenciona lembrar e reconhecer os horrores do arbítrio na forma como tais coisas ocorreram. Ainda segundo Sarlo (2007) tal movimento hoje parece insuficiente, pois vai além da justiça, buscando reconhecer as ações das vítimas como legais, mantendo segundo ela, longe da crítica militante, mitificando as memórias.

Dentro do processo de justiça de transição, que visa recuperar as circunstâncias sob as quais as pessoas foram mortas, recuperaram seu corpo e dando-lhes direito a um sepultamento digno, além de exigir a reparação e o reconhecimento das mortes por parte do Estado, Diva em 1980 participou de uma caravana que foi ao Araguaia em busca do paradeiro dos guerrilheiros mortos. Sobre o assunto, Diva nos relata que no período que antecedeu à viagem, sofreu ameaças anônimas de morte e perseguições de agentes da repressão, o que observamos como

²⁶ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

um período ainda que distenso, ditatorial. Quanto a este fato, existem inúmeros documentos nos quais seu nome aparece, nos dando indícios que era monitorada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), algo confirmado por ela recentemente²⁷.

Quanto à caravana ao Araguaia, Diva Santana foi presença ativa, buscando de forma incessante não apenas informações sobre sua irmã, mas também sobre outros desaparecidos políticos. Segundo relato de Diva, fornecido por Brasil (2010),

Nós levamos um panfleto dizendo para a população que éramos parentes, com os nomes verdadeiros e os nomes que eles usavam lá. E enfrentamos Sebastião de Moura²⁸, o Curió, com toda a repressão montada no estado do Pará. Lá ameaçaram a gente também. A gente conseguiu, mesmo com essa repressão, com os camponeses sendo seguidos. O povo procurava a gente e falava dos nossos familiares, muita gente falou conosco em 1980²⁹.

Apesar das inúmeras buscas e informações levantadas na caravana ao Araguaia em 1980, o corpo de Dinaelza e seu marido Wandick nunca foram encontrados. Assim, a luta de Diva pelos restos mortais da irmã e por justiça e punição aos algozes de Dina e todos os guerrilheiros continua. Nesse sentido, ressaltamos seus anseios por verdade, direito à memória, reparação e justiça, elementos que como já dissemos adequam ao processo de justiça de transição, que caminha a passos lentos no Brasil, pois, com a transição lenta e gradual realizada pelas correntes políticas conservadoras do país, muitos torturadores ficaram impunes. “Dessa forma, o objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação”³⁰.

²⁷ Em 26/10/2015 Diva Santana é notícia do jornal “O Globo” online, com o título “Familiar de desaparecida política foi monitorada pelo SNI, onde tece alguns comentários sobre o noticiado Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/brasil/familiar-de-desaparecida-politica-foi-monitorada-pelo-sni-17879587#ixzz3q0WmT4cF>

²⁸ Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como o **Major Curió**, hoje coronel da reserva, é apontado como um dos militares responsáveis pela repressão e assassinato à militantes políticos da Guerrilha do Araguaia. Curió ainda trabalhou no Centro de Informações do Exército (CIE) e ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ver: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/major-curio/> Acesso em 22/07/2016 às 15:49.

²⁹ BRASIL, OpCit, 2014, p. 64

³⁰ ZYL, Paul. **Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito**. In: **Justiça de transição: manual para a América Latina / coordenação de Félix Reátegui**. - Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça ; Nova Iorque : Centro Internacional para a Justiça de Transição , 2011. p. 47

Após o retorno do Araguaia, Diva conta que foi indiciada com base na Lei de Segurança Nacional (LSN) sendo acusada de promover a luta armada. Para ela, o indiciamento estava ligado à sua participação na caravana, e supomos também às ações que vinha desenvolvendo junto ao CADH, o que possivelmente incomodava determinados poderes do Estado que após a lei de anistia acreditavam que ações de tal natureza cessariam. Contudo, se torna importante destacarmos que apesar da assinatura da Lei de Anistia em 1979, em 1983 outra LSN é promulgada, tendo inclusive vigor até os dias atuais³¹. Logo, aqui também tecemos uma reflexão em torno de uma transição pela transação, algo que desvirtua do ideário de democracia tão difundido por correntes militares e civis que comandavam o país.

No âmbito de uma transição por transação esta se daria a partir de mudanças políticas coordenadas e ou transacionadas por setores atrelados ao poder autoritário e a oposição, uma espécie de pacto político, algo que encaramos como um modelo que se encaixou ao Brasil e sua transição (ALFREDO GUGLIANO e CARLOS GALLO, 2011). Assim, esse pacto seria,

[...] um acordo explícito, mesmo que nem sempre explicitado ou justificado publicamente, entre um conjunto seletivo de atores que procuram definir [...] as regras que regem o exercício do poder, tendo como pressuposto garantias mútuas em termos dos interesses vitais daqueles que estão realizando o pacto³².

Como destacam Gugliano e Gallo,

A transição democrática brasileira foi um processo hegemonizado pelos setores vinculados ao autoritarismo, cuja mudança de regime foi conduzida por aqueles que, em tese, seriam os menos interessados na realização de mudanças profundas na sociedade. Considerada como a mais longa dentre as experiências que compuseram a terceira onda de democratizações HUNTINGTON,

³¹ Na história do Brasil, inúmeras foram as Leis de Segurança Nacional assinadas, sendo a primeira em 1935 durante o governo Vargas no intuito de coibir quaisquer ações contrárias ao Estado. Em 13 de março de 1967, o que inicialmente era uma Doutrina de Segurança Nacional virou o Decreto-Lei de nº 314, ampliando ainda mais o poder do Estado civil-militar. Em 14 de dezembro de 1983, já no processo de abertura, a lei de nº 7.170 é assinada pelo então presidente João Figueiredo, perdurando até os dias atuais, ainda que tenhamos “realizado” a escrita de uma nova carta magna e cidadã em 1988 (MOREIRA ALVES, 2005).

³² O'DONNELL, Guillermo SCHMITTER, Philippe. *Transiciones desde um gobierno autoritário. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas*. Barcelona: Paidós, 1994, p. 63

1994), transcorreu entre o início do Governo Geisel (1974- 1979) e a já referida posse do Presidente Sarney em 1985³³.

Será em meio à transição pela transação, que Diva Santana lembra-se de pessoas importantes para sua resistência e que amenizaram o sofrimento de famílias de presos, mortos e desaparecidos políticos, entre elas o padre italiano Renzo Rossi³⁴, cuja atuação em prol dos presos políticos e dos direitos humanos se destacou na Bahia e no país. Com palavras emocionadas, Diva Santana nos conta que,

Não poderei esquecer a figura santa do Padre Renzo que foi o meu anjo da guarda durante esse período. Padre Renzo foi uma figura marcante para todas as famílias que tiveram filhos presos, mortos e desaparecidos. Ele visitava família por família. Ia aos porões visitar os presos que estavam incomunicáveis para levar notícias às mães e a todas as famílias.³⁵

Sobre a atuação do Padre Renzo, o ex-guerrilheiro e advogado Rui Patterson no livro *Quem samba fica* (2011) destaca seu caráter fraternal e amistoso “Renzo percorreu todas as prisões políticas do Brasil nos piores momentos da ditadura. Conheceu todos os presos políticos da época, de todos os estados, suas famílias, apelidos e nomes de guerra, cumprimentando-os com tapas no rosto”³⁶. Assim, Diva vê nesta figura religiosa a presença “iluminada” de uma pessoa capaz de confortar presos e seus parentes, intervindo e quebrando a barreira da incomunicabilidade imposta pelas autoridades militares. Assim, muitas famílias gozam de enorme gratidão ao padre Renzo, que não era apenas um religioso, mas um defensor da democracia e dos direitos humanos.

Por conseguinte, outra lembrança muito forte nas narrativas de Diva e que marcou sua atuação política foi o lançamento da revista “Guerrilha do Araguaia” em 1982, na sede da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia (AFPB)

³³ GUGLIANO, Alfredo A. GALLO, Carlos A. Modelos de transição, memória da repressão e políticas de Direitos Humanos no Brasil. **O público e o privado** - Nº 18 - Julho/Dezembro - 2011, p. 34-35

³⁴Nascido em Florença na Itália em 1925, Renzo Rossi veio para o Brasil na década de 60, passando quase 20 anos de missão religiosa em Salvador, onde recebeu o título de cidadão honorário. Em 2013, aos 87 anos falece na Itália, tendo inúmeras menções honrosas realizadas em sua memória. Em 2002 o jornalista baiano Emiliano José lançou a obra biográfica “Sobre as Asas do Padre Renzo” sendo posteriormente realizado um documentário sobre sua vida com o mesmo nome do livro.

³⁵ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

³⁶ PATTERSON, Rui. **Quem samba** - Memórias de um ex-guerrilheiro. 1. ed. Salvador: EGBA, 2011, p. 269

na rua Carlos Gomes, bairro Dois de julho em Salvador, o intuito da revista, segundo Diva, era apresentar os últimos resultados de busca e informações sobre os mortos e desaparecidos políticos a nível nacional e estadual, muitas provenientes de levantamentos realizados nas caravanas. Contudo, antes mesmo das primeiras palavras do discurso que Diva iria proferir na ocasião do lançamento, a Associação foi invadida por cerca de 50 homens armados que soltaram bombas e prenderam pessoas presentes no recinto³⁷.

Ao invadir a Associação dos Funcionários Públicos, além das prisões e do terror estabelecido com todos os presentes presos, até crianças, os agentes promoveram um verdadeiro quebra-quebra dos móveis ali constantes. As 13 pessoas permaneceram presas por cerca de duas semanas e após serem libertadas foram chamadas para depoimentos, bem como, mais dez outras pessoas foram arroladas, inclusive eu. Prestei depoimento acompanhada das notáveis e competentes advogadas Ronilda Noblat³⁸ e Yara Moscoso³⁹ ao temido e conhecido por seus métodos utilizados contra o povo no interior da Bahia, o delegado Teixeira.

As 13 pessoas presas viveram horrores, inclusive uma mulher⁴⁰, todos foram torturados, no início na sede da própria Polícia Federal, depois transferidos para o quartel do Beirú. Os negros foram queimados com pontas de cigarros, ouviam os torturadores dizendo que negro era pra plantar capim no Araguaia. Vale ressaltar que esta perseguição se deu no ano de 1981, no governo General Figueiredo, período da chamada "abertura política". Deste movimento, fui indiciada na Lei de Segurança Nacional, e as ameaças de morte continuaram até pouco tempo⁴¹.

³⁷ Dentre as pessoas presas no recinto destacamos as já anteriormente mencionadas Maria Liége e Julieta Palmeira, sendo a primeira presa.

³⁸ Nascida em 1941, Ronilda Noblat, como destaca Emiliano José (2008) desde jovem, nos primeiros anos de advocacia aos 22 anos já participava da defesa de presos políticos na Bahia a exemplo do próprio Emiliano José. Em 2008 morre aos 67 anos, deixando uma grande contribuição para a luta por democracia endossando ainda mais o corpo de advogados que ousaram defender presos políticos no período ditatorial. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/coragem-de-mulher> Acesso em 22/07/2016 às 16:54.

³⁹ Não encontramos registros biográficos com Yara Moscoso.

⁴⁰ Essa mulher que Diva Santana se reporta é Maria Liége, que só identificamos após encontrar documentos sobre o ato no Arquivo Público do Rio de Janeiro ligado ao Serviço de Informações do Exército.

⁴¹ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

Na tentativa de problematizar o relato de Diva, encontramos fontes jornalísticas e documentais referentes à invasão. Contrapondo as fontes (orais e escritas), percebemos um embate importante entre as memórias de Diva e as descrições dos documentos da repressão, sendo essas divergências imprescindíveis no tocante à análise dos discursos empregados e suas particularidades. Inicialmente, destacamos a versão dos militares quanto ao ato de lançamento da revista e a prisão das 13 pessoas:

O Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH), remanescente do antigo Comitê Brasileiro da Anistia (CBA), vem, ultimamente adotando como bandeira principal, a promoção da Guerrilha do Araguaia e dos seus promotores. Com esse objetivo tem promovido uma série de manifestações, atos públicos, atos litúrgicos, debates, palestras, tendo inclusive, em outubro/80, patrocinado a visita de familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha à região do Araguaia. A diretoria atual do CADH está vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e toda essa campanha visa enaltecer os terroristas do Araguaia bem como a luta armada como meio de transformação da sociedade brasileira⁴².

Inicialmente, podemos supor que as viagens das famílias de presos, mortos e desaparecidos políticos ao Araguaia incomodou a repressão, assim como o próprio lançamento da revista feito como um ato de militância que visaria “enaltecer terroristas do Araguaia bem como a luta armada”, acusação que o SNI também fez a Diva pessoalmente. Outro ponto aqui apresentado que nos permite uma reflexão sobre a transição política em curso é que na década de 80, apesar do retorno de alguns elementos da democracia liberal representativa ainda existiam instrumentos arbitrários, além da ação truculenta de alguns órgãos militares e para-militares, o que denota a continuidade de uma ação repressiva e uma reação dos setores mais conservadores das Forças Armadas, em geral conhecidos como “linha-dura”, que recusaram a saída dos militares do governo e do poder, bem como quaisquer manifestações que pudesse acarretar a sua responsabilização por atos de tortura e assassinatos. Assim, compactuando do pensamento de Maria Rezende (2013),

No final da década de 70 e início da de 80, o regime continuava insistindo em vincular suas medidas e ações a um suposto ideário de democracia que lhe garantisse meios de conseguir adesão e aceitabilidade para as suas medidas nas diversas esferas. No

⁴² Ver anexo 09, Documento enviado ao S.I pelo serviço de segurança pública do estado da Bahia sobre o lançamento da revista “Guerrilha do Araguaia”.

entanto, ele enfrentava, naquele momento, as reivindicações de diversos setores sociais que se organizavam contra ele. Os diversos componentes do grupo de poder (militares, tecnoburocratas e representantes do grande capital) se empenhavam em fornecer ao regime em vigor todos os subsídios para que ele exercesse um alto grau de controle e pressão para que os demais setores sociais não avançassem no sentido de mudanças políticas substanciais⁴³.

Já Diva afirma que a invasão à Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, teve caráter de guerra, pois foi marcada por um cenário de bombas que entoavam em meio à truculência dos agentes da repressão e à prisão de companheiros. Além disso, menciona que momentos antes do “quebra-pau” foi avisada por um dos repórteres presentes de que “haveria porrada naquele dia”. Mesmo estranhando o aviso, uma vez que a revista havia sido publicada de forma legal pela editora Anita Garibaldi e lançada no Rio de Janeiro anteriormente, Diva diz que ficou mais atenta e percebeu pessoas estranhas dentro da associação. Assim, nos relata que,

Várias pessoas estranhas na escada, logo próximo a gente e um com um gravador muito grande na cintura. Então, ele foi convidado a se retirar do recinto porque ele não tinha sido convidado. Aí, ele empurrou a pessoa que foi pedir a ele. Quando ele empurrou o pessoal foi pegar ele para pôr para fora. Aí, foi uma pancadaria generalizada. Daí invadiram [a polícia federal]. A associação foi tomada por homens e mulheres da Polícia Federal. E nesse ato prenderam treze pessoas. Prendeu quem estava chegando, por exemplo, o Valter Ribeiro e Jeferson Braga que eram advogados que estavam chegando na Associação⁴⁴.

No intuito de problematizar a memória da invasão, em contato com Maria Liége, uma das pessoas presas pela polícia no ato, esta nos informou que não soube de onde teria partido o ato que deflagrou a confusão, contudo, como destaca já percebia algo estranho no ar. Já segundo os militares a invasão da polícia foi uma resposta à ação dos ativistas, pois,

No momento em que deslocavam para o auditório um agente Federal que estava fazendo a cobertura do evento, foi reconhecido

⁴³REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013, p. 217

⁴⁴ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 31/07/2015

e agredido por diversos ativistas presentes, o que provocou a ocupação do auditório da AFP por parte de prepostos da Polícia Federal. O prédio foi fechado, proibindo-se a entrada ou saída de pessoas, e foi feita uma revista em cada pessoa individualmente. Um gravador que sendo usado pelo Agente Federal estava desaparecido e a finalidade da revista era, além de identificar os presentes, reencontrá-lo. Dentre os agressores foram presos treze deles, em flagrante delito e posteriormente indiciados no Inquérito Policial nº 97/82- SR/BA⁴⁵.

As reconstruções em torno da invasão à AFPB e suas divergências são de extrema importância para analisarmos a construção e a subjetividade da memória. Consideramos que as divergências existentes entre as memórias de Diva, Maria Liége e os documentos da repressão sobre o episódio se devem aos seus lugares ocupados. A partir da memória de Diva a suposta “culpa” de toda aquela confusão, teria sido gerada pelo indivíduo supostamente infiltrado que não aceitou se retirar da associação. Porém, podemos supor que uma ação intempestiva por parte dos presentes em relação à descoberta de um “infiltrado”, pode também ter gerado o embate com os policiais, algo suposto com base no trecho destacado a partir da fala de Liége em entrevista, “(...) E os companheiros, naquela época os gravadores não eram assim pequenininhos, era aquele tijolo, e os companheiros tiraram o que estava aqui de baixo da camisa, quebraram, destruíram a fita e então fomos presos”⁴⁶.

Por outro lado, no âmbito da justificativa usada pelo Estado, a invasão ocorreu devido à agressão sofrida por um dos agentes federais que realizava a cobertura do lançamento da revista após ser identificado. Neste ponto, a justificativa parece-nos menos cabível. Primeiramente, pela presença de uma pessoa da polícia fazendo a “cobertura”, neste caso, suspeitamos ser um informante da própria repressão, algo que ocorria em todo país, ao haver reuniões e congressos tidos como suspeitos. Além disso, o documento menciona que o ato de fechar a AFPB sem que ninguém pudesse se ausentar fundamentava-se em reencontrar um gravador que havia desaparecido no momento da agressão, e a identificação dos presentes. Logo, é possível que a presença de um informante da polícia no recinto, além de coletar informações sobre o que ocorria no lançamento da Revista, também funcionava como observador e identificador dos presentes.

⁴⁵ Ver anexo 09 - Trecho extraído da segunda página do documento enviado ao S.I pelo serviço de segurança pública do estado da Bahia sobre o lançamento da revista “Guerrilha do Araguaia”.

⁴⁶ Entrevista transcrita a partir do relato concedido na Comissão da verdade Milton Santos da Universidade Federal da Bahia em 2013. Disponível em: <http://www.comissaoverdade.ufba.br/node/10>

Quanto ao cruzamento específico das versões de Diva e do documento do exército, percebemos que não foram poucos os policiais que estavam do lado de fora da AFPB, dando indício que alguma ação já havia sido programada pela repressão ditatorial, independente da discussão sobre o ato que teria gerado a invasão. Outra peculiaridade fica por conta da prisão das treze pessoas, algo que nos dá indício de que estas já estavam sendo procuradas ou investigadas pelo Sistema de Informações e de que suas apreensões não foram ocasionais. Na concepção de Diva, a apreensão das pessoas se deu sem a menor explicação, algo que o exército justifica alegando que elas estavam em flagrante delito, sem, contudo explicar qual seria o crime. Assim, longe de conceber uma verdade sobre a invasão à AFPB, as divergências expressam posições antagônicas atuantes no período que reverberam nas narrativas até os dias de hoje (CARDOSO, 2012)⁴⁷.

A partir de seu engajamento político e das inúmeras ações que realizou na busca de sua irmã, questionamos Diva Santana quanto a possíveis diferenciações de gênero que por ventura poderiam ter ocorrido ao longo de sua atuação. Pontuamos isso, uma vez que em diversas obras, como as de Ferreira (2006)⁴⁸ e Colling (1997)⁴⁹ as autoras apontam as constantes diferenciações de gênero ocorridas dentro de organizações de esquerda no período. Neste ponto, Diva afirma que não sentiu atos de discriminação, e que se houvessem não os percebeu. Segundo ela, se tivesse notado qualquer ato de tal natureza revidaria imediatamente, uma vez que por tudo que vivenciou, ficando viúva e criando seus filhos sem a figura de um homem, qualquer diferenciação de gênero seria combatida. Contudo, Diva não nega a existência desta diferenciação e utiliza-se de sua irmã para exemplificar como ocorria dentro das organizações de esquerda, inclusive. Dessa forma, com base em uma conversa com a ex- guerrilheira Luzia Ribeiro, Diva destaca que a irmã teria sofrido essa distinção em uma reunião do PC do B para definir funções que seriam realizadas por ela e seu marido na militância.

A participação das mulheres na sociedade era vista também como a figura que dirige a casa e os filhos. Tem uma passagem, narrada pela companheira Luzia Ribeiro, ex-presa política no Araguaia, que vivenciou em uma reunião realizada em Salvador, lá pelos anos de 1968, uma decisão para o casal Dinaelza e Vandick Coqueiro. Ele seria responsável pelo trabalho político e ela teria que garantir o

⁴⁷ CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)** Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012, p. 17

⁴⁸ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁴⁹ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

emprego para a sustentação da família. Imediatamente houve uma reação de Dinaelza, contrapondo a proposta da direção do movimento. “Não!” Ela levantou se inscreveu para falar e disse: “- Eu vou trabalhar e vou militar!”, portanto afirmando que os dois continuariam trabalhando, estudando e militando. Esta posição reflete bem qual era o modelo adotado para as mulheres mesmo em se tratando de uma pessoa que tinha militância política ativa, ou seja: para a manutenção da família, a mulher e para a luta política e acadêmica, os homens. Essa diferença sempre existiu e até mesmo nas prisões, na época da ditadura, a mulher tinha um tratamento diferenciado. De início os militares torturadores, já as tratavam como prostitutas, utilizando métodos desqualificáveis e desrespeitosos, como estupros, “bolinamento” dos órgãos genitais e mamas etc⁵⁰.

Dessa forma, além da presença de Dina em suas memórias, representada pela iniciativa e o tom crítico às ações do partido, Diva também faz uma crítica à forma como as mulheres são representadas historicamente, principalmente no campo da resistência à ditadura militar. Quanto à presença das mulheres na história, Diva Santana ressalta que a atuação destas não se restringe apenas ao período ditatorial, tecendo críticas à invisibilidade da mulher nos grandes episódios da história e à pouca relevância que os atos realizados por estas recebem.

A participação da mulher na luta política é constatada não só no período da ditadura militar. Historicamente consta que nos mais variados movimentos de lutas por garantias das liberdades ou participações e gestões, quer seja na política, na educação, nas artes, enfim a busca de um país justo e igual para todos etc. A presença da mulher é uma constante e vai mais além quando sabemos que é quase cultural o seu desempenho na formação e educação da família, na capacidade de gerir a economia. Atualmente a condição da mulher é de igual com os seus companheiros, vivenciando os mesmos desafios, diferentemente de outrora⁵¹.

⁵⁰ Entrevista de Diva Soares Santana ao autor em 31 de julho de 2015

⁵¹ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 24/01/2014

conclusão

Atualmente Diva Santana é membro e ex-vice presidenta do grupo “Tortura Nunca mais –Bahia”, lutando incansavelmente pela revelação de documentos do período, além do esclarecimento de crimes que ocorreram no período ditatorial e na contemporaneidade. Apesar de até hoje não ter obtido suas respostas, continua lutando por uma sociedade mais igualitária, algo que dá combustível à sua militância política. Altamente crítica à sociedade atual e com suas ditaduras veladas, Diva se define como “uma lutadora, lutadora por conquistas que tragam melhorias na vida do povo brasileiro e na vida da mulher”⁵². Fazendo uma reflexão de sua vida, ela destaca,

Eu acho que pelo tempo que lutei, eu acho que a luta vale a pena, a luta de qualquer pessoa vale a pena. Eu acho que o que não desenvolve é quando você não luta, quando você não insiste nas coisas. Tem percalço? Tem! Tem dificuldades? Tem! Mas, você tem que existir na luta. Eu acho que até agora, do tempo que comecei a militar, década de oitenta para cá, final de setenta para cá, muita coisa que eu fiz valeu a pena sim. Eu acho que o próprio processo democrático que nós vivemos, tem lá todo um passado, da época da ditadura, dos que derramaram sangue e que foram torturados que foram presos. Muitos morreram, desapareceram, muitos estão aí, continuam na luta. Acho que isso valeu a pena para a derrubada da ditadura, isso serviu pra derrubar. A minha irmã e outros tantos lutaram, pegaram em arma pela ditadura militar, mas a ditadura militar, a gente fala não foi pelas armas, mas, foi também, foi pela resistência, foi a luta deles que ajudou a derrubar a ditadura militar, eu faço essa avaliação. Agora, nós vivemos hoje no processo democrático, quem ajudou a construir esse processo democrático, eu me sinto parte dessa construção. Com essa democracia que a gente vive, claro que é uma democracia muito, muito, eu pegando a frase de um título de um livro “A insustentável leveza do ser” é como eu sinto essa democracia⁵³.

Assim, de posicionamentos políticos fundamentados, escolhas sem arrependimentos, observamos que Diva Santana deixa seu lado militante, engajada, tomar forma dentro de si, transmitindo a figura de uma grande fortaleza política.

⁵² Idem

⁵³ Entrevista de Diva Soares Santana fornecida ao pesquisador em 03/03/2016

Longe de demonstrar fraqueza aparente, faz de sua militância algo inabalável, não deixando jamais que Dina a “guerreira” seja esquecida.

Passados 53 anos após a instauração da Ditadura que assolou o Brasil por mais de duas décadas, acreditamos que os debates precisam ser retomados, haja vista as atrocidades diárias que lemos e observamos tanto em jornais como nas temíveis redes sociais. De fato, a ditadura de ontem ecoa nos caminhos de hoje, contudo, o que passamos serviu de grande aprendizado, logo, suscitar debates como o que propõe este dossiê temático soa de suma importância não apenas acadêmica, mas para toda a sociedade.